

Economia e planejamento em Minas Gerais nos anos de 1960 e 1970

Cândido Luiz de Lima Fernandes¹

1. Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO

Este artigo aborda as grandes transformações que a estrutura industrial de Minas Gerais sofreu ao final dos anos sessenta e ao longo da década de setenta. Se, antes, restringia-se à produção de matérias-primas e insumos semi-elaborados, a indústria mineira passou a contar com novos ramos produtores de bens de capital e de consumo duráveis e de diferentes produtos intermediários, provocando o adensamento das relações interindustriais dentro da própria economia regional e ampliando o atendimento aos mercados interno e externo. Paralelamente, Minas Gerais vivenciou, no período analisado, uma das mais ricas experiências de planejamento dentre as unidades da Federação. O artigo discute a contribuição dos planos de desenvolvimento econômico e social implementados em Minas Gerais neste período.

ABSTRACT

This paper analyses the great changes suffered by the industrial structure of the State of Minas Gerais in the end of the sixties and along the seventies of the last century. If, before this period, the state's industrial basis was restricted by the production of inputs and raw materials, it has counted with new production branches of capital goods and non-durable consumer goods and with different another inputs, enlarging the interindustrial linkages inside the regional economy and increasing the sales to the local and foreign markets. During this time Minas Gerais has undergone one of the richest planning experiences among the States of Brazil. The paper discusses the contribution of the economic and social plans carried out in Minas Gerais in this period.

1 - ANTECEDENTES

A experiência de industrialização em Minas Gerais remonta ao século XVIII, embora seus primeiros resultados significativos sejam observados apenas a partir do século passado, em função de um mercado ainda incipiente, voltado para produtos têxteis e alimentos. O primeiro grande surto de industrialização verificou-se, entretanto, no início deste século, através de investimentos significativos em setores nos quais Minas Gerais já possuía tradição e vantagens comparativas no sentido de dotação de recursos naturais, como é o caso da metalurgia. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, ampliou-se consideravelmente a necessidade de produção de bens intermediários, determinando a consolidação do processo de industrialização, favorecendo o surgimento do parque siderúrgico e cimenteiro.

Um balanço da economia de Minas Gerais no final da década de 1940 a caracteriza como importante supridora de insumos básicos para a sustentação do desenvolvimento industrial brasileiro, apoiado no processo de substituição de importações. A indústria básica que se implanta desenvolve-se em complementaridade à indústria dinâmica do Rio e São Paulo, sem relações significativas com os demais ramos da indústria manufatureira do estado. A este fator, acrescenta-se a carência de infra-estrutura (sobretudo nos setores de energia e transporte) que constitui um dos principais obstáculos à aceleração da industrialização no estado. Já nessa época evidenciava-se a necessidade do planejamento em nível estadual, tendo sido, então, elaborados os primeiros planos de cunho nitidamente setorial. Em 1947, é

formulado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção,² que caracterizava a economia de Minas Gerais como frágil, subdesenvolvida e dependente do eixo Rio-São Paulo. Nos dizeres de Cintra e Andrade (1978, p. 23):

O reconhecimento da desvantajosa posição em que se encontrava Minas Gerais na Federação era a justificativa do Plano. Segundo seus autores, o Estado carecia de um centro que lhe permitisse captar os benefícios de suas atividades econômicas e interligar seu espaço econômico. A economia mineira era considerada colonial, explorada tanto pelas economias mais desenvolvidas do Rio e de São Paulo quanto por investidores estrangeiros. O tema da "perda de substância" aparece em todo o plano. É enfatizado não apenas nas considerações sobre relações centro-periferia, mas também na análise da estrutura econômica do estado, com sua grande dependência da mineração e sua baixa capacidade de adicionar valor aos produtos locais.

O Plano de Recuperação Econômica diagnosticava a necessidade de uma política de industrialização como exigência para o desenvolvimento da economia estadual. O instrumento de promoção industrial era a criação de uma "taxa de recuperação econômica" para financiar empreendimentos e programas de investimentos, principalmente em capital social básico.

A este, seguiu-se o Plano de Eletrificação, de 1951, de onde se originou a criação de uma companhia de utilidade pública para a solução dos problemas energéticos do estado, a CEMIG, que não só se revelou um modelo para o setor público estadual como desempenhou papel de relevo na área de planejamento.³

No período 1950/60, constata-se uma participação crescente do setor industrial na formação do Produto Interno Bruto do estado. Enquanto o produto do setor primário cresceu 46% e o do terciário, 74%, o do setor industrial apresentou um acréscimo de 147% no período (tomando-se o ano de 1949 como base). Entretanto, apesar de satisfatório o comportamento da indústria no estado, sua evolução se deu a um ritmo inferior ao observado para o país como um todo (195% em 1950/60), ocasionando para Minas Gerais uma perda de posição relativa no setor, como mostra a TAB. 1.

2. Para maiores detalhes, ver DINIZ (1981, p. 62-71) e CINTRA; ANDRADE (1978, p. 23-26).

3. Cabe observar que, até meados dos anos de 1960, não foi possível consolidar um aparato institucional de planejamento no Estado de Minas Gerais. Na prática, as atividades de planejamento estiveram enfeixadas nas mãos da CEMIG que foi, ainda, a geratriz de outras importantes organizações, como, por exemplo, o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), cujo impacto na economia de Minas Gerais na década de 1970 foi substancial. Para maiores detalhes, ver ANDRADE, L.A.G. (1980).

TABELA 1
Participação dos Estados Brasileiros na Renda Industrial
1950-1959
(em %)

ESTADO	1950	1959
São Paulo	40,9	53,7
Rio de Janeiro	24,6	16,1
Minas Gerais	7,2	6,8
Rio Grande do Sul	7,4	6,6
Outros	19,9	16,8
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: CONTAS Nacionais do Brasil.

Os principais reflexos do processo de industrialização substitutiva de importações tenderam a concentrar-se no Estado de São Paulo, que se constituía no maior mercado interno para produtos manufaturados. Para Minas Gerais, os impactos positivos verificaram-se sobretudo em alguns ramos de indústria cuja localização orienta-se para as matérias-primas (siderurgia, cimento e minério de ferro). Constata-se a participação crescente das indústrias de minerais não-metálicos e metalúrgica no valor de transformação industrial (revelando uma vinculação estreita da indústria de Minas Gerais ao elenco de recursos naturais) e a perda de participação das indústrias têxteis e de produtos alimentares.

Os ramos de indústria que apresentaram maiores índices de crescimento anual do produto real no período 1950/60 foram o de minerais não-metálicos (16,2%) e metalúrgica (11,8%). Destacaram-se também os elevados índices de crescimento apresentados pela indústria de construção civil (10,5%) e pela produção de energia elétrica (12,4%), sendo a expansão da primeira decorrente, em grande parte, da intensificação do processo de urbanização, e a da segunda, da criação de infra-estrutura para atender ao consumo industrial e ao não-industrial, incrementado com o processo de urbanização. Finalmente, cabe salientar o crescimento da indústria extrativa mineral no período, a uma taxa média anual da ordem de 13,7%, em função da crescente demanda de produtos de origem mineral (principalmente minério de ferro e manganês) por parte dos mercados nacional e internacional.

2 - ECONOMIA E PLANEJAMENTO EM MINAS GERAIS NOS ANOS DE 1960

Se a década de 1950 assiste a um intenso dinamismo do processo de substituição de importações, a ela seguiu-se um período de desaceleração do crescimento econômico que se somou às taxas críticas de crescimento dos níveis gerais de preços do país.

É importante considerar o comportamento da economia de Minas Gerais nessa conjuntura. A diferente estrutura industrial do estado provoca uma defasagem entre a evolução das economias estadual e nacional. Na medida em que a demanda de bens intermediários e bens de capital é derivada da demanda de bens finais ou de consumo, as decisões de investimento em cada um destes subsetores são interligadas. A deliberação sobre investimentos no setor de produção de bens de capital dependerá da demanda desses bens pelas indústrias finais que, por sua vez, é determinada pela expansão da demanda de bens finais. Todavia, o processo não opera simultaneamente. Pelo contrário, a tomada de decisão é posterior à implementação e expansão do subsetor de bens finais. Além disso, a implantação de unidades industriais de grande porte leva algum tempo para se efetivar. Assim, como mostram a TAB. 2 e o GRÁFICO 1, a evolução da economia mineira, apoiada na expansão dos subsetores de bens de capital e bens intermediários, não coincidiu com a da economia nacional.

Constata-se, por exemplo, que, enquanto a economia nacional apresentava baixas taxas de crescimento no período 1964-1966, a economia de Minas Gerais evoluía satisfatoriamente com a implantação de projetos de grande porte, como a USIMINAS, que foram decididos na década anterior e que afetariam profundamente a estrutura industrial mineira. Da mesma forma, o último triênio da década de 1960 mostrou uma economia nacional em acelerado processo de recuperação, enquanto a taxa de crescimento da economia de Minas Gerais acusava uma queda no mesmo período.

TABELA 2
Taxas de Crescimento do PIB
Brasil e Minas Gerais
1960-1980

ANOS	BRASIL	MINAS GERAIS
1960	9,7	6,1
1961	10,3	7,5
1962	5,3	5,2
1963	1,5	-0,9
1964	2,9	6,2
1965	2,7	8,8
1966	3,7	6,5
1967	4,8	1,1
1968	11,2	8,6
1969	10,0	5,4
1970	8,8	6,0
1971	11,3	7,3
1972	11,9	14,5
1973	14,0	14,0
1974	8,2	19,4
1975	5,2	16,3
1976	10,3	15,7
1977	4,9	10,6
1978	5,0	4,5
1979	6,8	10,2
1980	9,2	4,1

Fontes: Fundação Getulio Vargas e SEI - SEPLAN-MG

Não obstante o descompasso entre os ritmos de crescimento das economias estadual e nacional na década de 1960, é preciso ressaltar que neste período é que foram lançadas as bases para o significativo crescimento da economia de Minas Gerais que se verificou no decênio seguinte. Um marco fundamental na modernização e ordenação do parque industrial mineiro se deu com a criação, em 1962, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Em 1968, foi publicado o Diagnóstico da Economia Mineira, elaborado pelos economistas do BDMG, que teve impacto decisivo sobre os destinos do planejamento estadual. Este documento retratava a economia de Minas Gerais como fragmentada, com sérios desequilíbrios intersetoriais e uma limitada infra-estrutura, agravada, ainda, pela total falta de planejamento e um desconhecimento das potencialidades do estado, e sugeria medidas de fomento à industrialização.

As recomendações contidas no documento e as ações desencadeadas a partir de sua análise foram, de fato, decisivas para o surto industrial que se inicia na década de 1970. Paralelamente a essas constatações, foi sendo estruturado o aparato institucional do estado, com a criação de entidades como a Fundação João Pinheiro, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI) e a Companhia de Distritos Industriais (CDI), que modernizaram a máquina pública e exerceram papel fundamental nas mudanças que se processaram nos anos seguintes.

Com o convênio assinado em 1969 entre o BDMG, o Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES) e o Conselho de Desenvolvimento do Estado, começou-se a estruturar o sistema de planejamento estadual em Minas Gerais. Em 1971, foi instituída a Reforma Administrativa, que criou os Sistemas Operacionais, constituídos dos órgãos de administração direta e indireta com funções e objetivos similares, sob o comando das Secretarias de Estado.

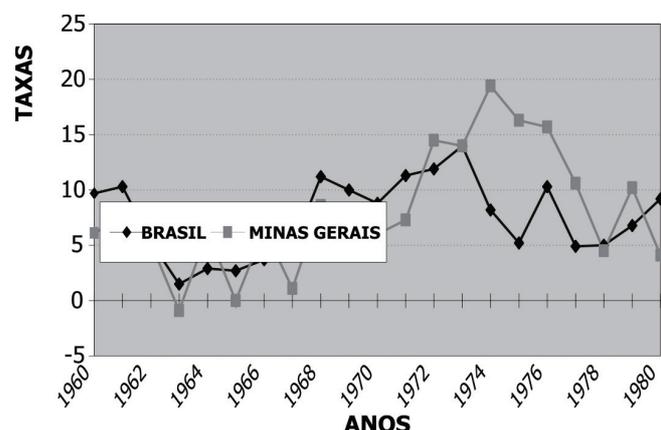
Ainda em 1971, foi elaborado o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES)⁴ para o quinquênio 1971-1975. O I PMDES, através da adoção do modelo de "planejamento compreensivo", contribuiu para um profundo reexame da organização do estado.⁵ Baseado em um diagnóstico relativamente exaustivo da economia estadual, o I PMDES estabeleceu objetivos formulados a partir das necessidades observadas de desenvolvimento do estado, tomando como parâmetro sua inserção no processo de desenvolvimento nacional. Embora apontando objetivos de interesse específico de Minas Gerais (tais como desconcentração espacial, ocupação econômica de espaços vazios, melhoria na distribuição dos frutos do desenvolvimento), o I PMDES reproduzia, em escala estadual, o que preconizava o I Plano Nacional de Desenvolvimento, sem um tratamento específico dos problemas de natureza regional. Durante sua implementação, a economia de Minas Gerais sofreu profundas transformações, através de uma política econômica assentada em incentivos fiscais, criação e consolidação de infra-estrutura e geração de grandes oportunidades de investimento industrial no estado, como se verá na próxima seção. Não obstante o grande surto industrial ocorrido durante a vigência do I PMDES, as ações desencadeadas pelo plano pouco contribuíram para impedir o agravamento dos desequilíbrios entre as diversas regiões e a concentração da atividade industrial, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.⁶

4. Sobre a história do planejamento em Minas Gerais e a avaliação do I PMDES, ver CINTRA; ANDRADE (1978), ANDRADE, L.A.G (1980) e DINIZ (1981).

5. A institucionalização das atividades de planejamento passou a fazer parte de uma estratégia mais abrangente, que implicou a adoção da administração por objetivos, na centralização das atividades executivas, além da difusão do plano global por toda a administração pública, sob o controle e a coordenação da Secretaria de Planejamento.

6. Durante a vigência do I PMDES, a economia mineira experimentou um notável surto de industrialização. Entretanto, como se pode depreender dos estudos de ANDRADE, L.A.G (1980) e DINIZ (1981), dificilmente tal crescimento poderia ser creditado ao plano, que era, na realidade, apenas um conjunto de intenções quase sempre em conflito com as políticas implementadas pelos órgãos dinâmicos do estado, especialmente a Secretaria da Fazenda, o BDMG e o INDI.

GRÁFICO 1
Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto a Preços Constantes de Mercado em Minas Gerais e no Brasil - Período 1960/80



Ao final da década de 1960, já se observam significativas mudanças na estrutura produtiva de Minas Gerais. Como mostra a TAB. 3, o setor primário perde importância relativa, sendo que sua perda de posição irá se acentuar na década seguinte, quando a participação do setor no PIB cai para 16,2%. O setor terciário manteve, de certa forma, sua posição hegemônica, com ligeira queda. O que perdeu o setor primário foi capturado pelo setor secundário, principalmente ao longo dos anos de 1970. A indústria manufatureira tornou-se responsável pelas modificações na estrutura produtiva, elevando a sua participação no PIB de 17,6% para 30,3%. Também a indústria de construção ampliou bastante sua participação, passando de 3,5% para 9%.

TABELA 3
Distribuição setorial do Produto Interno Bruto
Minas Gerais
1960-1970-1977 (em %)

SETOR	1960	1970	1977
Primário	30,9	23,3	16,2
Secundário	21,1	24,8	39,3
Manufatura	17,6	20,6	30,3
Construção	3,5	4,2	9,0
Terciário	48,0	51,9	44,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANDRADE, T. A. (1980).

A TAB. 4 mostra as transformações ocorridas na estrutura da indústria de transformação em Minas Gerais na década de 1960. O primeiro aspecto que chama atenção é a queda relativamente vertiginosa da participação

dos ramos produtores de bens de consumo não duráveis no valor de transformação industrial de 52,1% (no início da década) para 38,2% (no final da década). Os ramos de produtos alimentares e têxtil contribuíram decisivamente para essa perda de posição, enquanto os ramos de vestuário, calçados, couro e peles, submetidos a profunda crise, viam seus mercados atendidos por parcela crescente de importações. Cabe observar que somente no final da década, em decorrência da política implantada pelo BDMG para o financiamento dos ramos alimentar (açúcar e laticínios) e têxtil, visando ao reequipamento e reorganização de suas empresas, tais ramos receberam um novo alento.

TABELA 4
Estrutura do valor de transformação industrial
Brasil e Minas Gerais
1959-1970 em (%)

DISCRIMINAÇÃO	1959		1970	
	BRASIL	MINAS GERAIS	BRASIL	MINAS GERAIS
Bens de consumo não duráveis	45,7	52,1	38,7	38,2
Têxtil	12,0	15,9	9,3	9,4
Produtos alimentares	16,4	21,6	13,5	18,4
Bebidas	2,9	1,9	2,3	1,4
Fumo	1,3	1,4	1,3	1,7
Madeira	3,2	3,6	2,5	1,3
Mobiliário	2,2	1,6	2,1	1,8
Couro, peles e artigos para viagem	1,1	1,8	0,6	0,7
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3,6	2,2	3,4	1,3
Editorial e gráfica	3,0	2,1	3,7	2,2
Bens de consumo intermediário	37,6	43,9	38,8	51,7
Metalurgia	11,8	29,6	11,6	33,6
Minerais não-metálicos	6,6	10,0	5,9	10,8
Papel e papelão	3,0	1,4	2,6	1,0
Química	13,3	2,3	16,8	6,0
Borracha	2,9	0,6	1,9	0,3
Bens de consumo duráveis e de capital	15,0	3,3	20,5	8,9
Material elétrico e de comunicação	4,0	1,1	5,4	1,3
Material de transporte	7,6	1,3	8,0	1,6
Mecânica	3,4	0,9	7,1	6,0
Diversos (1)	1,7	0,7	2,0	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: Censo Industrial, Brasil e Minas Gerais, 1960 e 1970.

Inclui: Produtos farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas, produtos de matéria plástica, diversos, atividades de apoio e atividades administrativas.

Por outro lado, os ramos produtores de bens intermediários (especialmente metalurgia e química) e os de bens de capital (com destaque para mecânica) elevam significativamente sua participação no período. O grupo de indústrias produtoras de bens intermediários, cuja participação no valor de transformação industrial era de 43,9% em 1959, teve essa participação alterada para 51,7% (enquanto a participação deste grupo na estrutura industrial brasileira manteve-se praticamente inalterada). Quanto às indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, também se alterou sua participação no valor de transformação industrial, passando de 3,3% em 1959 para 8,9% em 1970.

Como já foi salientado, tais indústrias, por estarem fortemente integradas aos pólos desenvolvidos do país, caracterizam-se por um conjunto de atividades complementares às indústrias implantadas naqueles pólos (em especial o parque metal-mecânico de São Paulo, em franca expansão, absorveu grande parte da produção das indústrias de bens intermediários e de capital de Minas Gerais).

A título de conclusão, pode-se observar que a estrutura industrial de Minas Gerais, no início dos anos de 1960, encontrava-se excessivamente concentrada em atividades industriais consideradas tradicionais, como a alimentar e a têxtil e na metalurgia, sem processar mais intensamente os produtos da indústria extrativa mineral e sem utilizar os insumos intermediários que produzia. Como se verá na próxima seção, esta situação se alterou profundamente nas duas décadas seguintes, com aumento das atividades produtoras de bens intermediários para aproveitar suas vantagens comparativas, como também pela implantação e expansão de atividades produtoras de bens de capital e de duráveis de consumo.

3 - TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA ECONOMIA DE MINAS GERAIS NOS ANOS DE 1970

Na década de 1970, tem início um processo de diversificação do parque industrial mineiro, que possibilitou sólidas mudanças nas formas de inserção de Minas Gerais na economia nacional e internacional, deixando o estado de ser apenas um empório de recursos naturais renováveis e não-renováveis ou mero supridor de matérias-primas pouco elaboradas para as áreas mais desenvolvidas do país e do exterior.

Coincidindo com o excepcional ciclo de expansão da economia nacional e da economia mundial, o Produto Interno Bruto estadual cresceu, sobretudo até 1977, a taxas bem superiores às do crescimento brasileiro (TAB. 2). A TAB. 5 mostra que ele atingiu notáveis taxas de crescimento (situando-se, em média, em 12,7% entre 1970-1975), impulsionado principalmente pelo vigoroso surto de expansão industrial que, como se verá mais adiante, provocou profundas alterações na estrutura industrial.

Para tanto, concorreram os efeitos favoráveis da privilegiada localização geográfica do estado, sua dotação de recursos naturais, existência de infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, que constituíram excelentes vantagens locacionais para a atração industrial. Do ponto de vista do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1974/1979), Minas Gerais detinha uma situação privilegiada, dadas as vantagens comparativas que oferecia para vários setores considerados estratégicos para o reordenamento do parque industrial brasileiro.

A grande onda de investimentos que se verificou em Minas, sobretudo no período 1970-1977, reforçou, ao longo dos anos seguintes, significativas alterações na estrutura produtiva e nos mercados de trabalho. A indústria mineira passou a contar com novos ramos de bens de capital, de bens de consumo duráveis e de diferentes produtos intermediários, provocando o adensamento das relações interindustriais dentro da própria economia regional e ampliando o atendimento aos mercados interno e externo. No setor agropecuário, verifica-se a incorporação das áreas de cerrados ao trabalho agrícola tecnificado e a recuperação da cultura de café no estado em função da política de deslocamento da produção cafeeira nacional para regiões de melhor aptidão climática.

TABELA 5
 Taxas de crescimento médias acumulativas anuais do Produto Interno Bruto
 a preços constantes de mercado de 1970 por classe de atividade econômica (%)
 Minas Gerais
 1970-1975; 1970-1980; 1970-1980

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO		
	1970-1975	1975-1980	1970-1980
Agropecuária, silvicultura, caça e pesca	3,7	6,4	5,0
Extrativa mineral	19,9	6,5	13,0
Indústria de transformação	14,2	9	11,6
Eletricidade, gás e água	14,5	15,7	15,1
Construção	20,7	7,6	13,9
Comércio, restaurantes e hotéis	20,1	4,3	11,9
Transporte, armazenamento e comunicações	11,4	10,7	11,0
Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados às empresas	10,3	6,0	8,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	10,6	9,5	10,1
TOTAL	12,7	8,1	11,6

Fonte: Superintendência de Estatística e Informações/SEPLAN-MG.

Ocorreram neste período as maiores taxas de investimento, indicadas pela relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o Produto Interno Bruto (FBKF/PIB), que se mantiveram mais elevadas que a média nacional, conforme evidenciado pela TAB. 6.

TABELA 6
Taxas de Investimento (FBKF/PIB)
Brasil e Minas Gerais
1960-1980 (%)

ANOS	BRASIL	MINAS GERAIS
1960	15,7	-
1961	13,1	3,5
1962	15,5	2,4
1963	17,0	-0,4
1964	15,0	2,9
1965	14,7	4,1
1966	15,9	3,0
1967	16,2	0,5
1968	18,7	12,7
1969	19,1	12,9
1970	18,8	21,0
1971	19,9	20,7
1972	20,3	21,3
1973	20,4	24,9
1974	21,8	26,1
1975	23,3	30,2
1976	22,4	33,0
1977	21,3	32,7
1978	22,3	31,9
1979	23,4	29,7
1980	22,9	31,2

Fontes: Fundação Getulio Vargas, Superintendência de Estatística e Informações da SEPLAN-MG.

Dentre outros fatores, esta elevação da taxa de investimento pode ser explicada pelo expressivo direcionamento para Minas Gerais de um fluxo significativo de inversões decorrentes de projetos aprovados pelo CDI/ Ministério da Indústria e Comércio. Como mostra a TAB. 7, do montante global dos investimentos fixos aprovados pelo órgão, 25% dirigiram-se para Minas Gerais.

7. De acordo com a Lei 5.261/69, regulamentada pelo Decreto 12.603/70 e modificada pelos Decretos 13.067/70, 14.795/72 e 15.547/73, poderiam se beneficiar desse incentivo empresas do setor de indústria de transformação que implantassem ou ampliassem uma unidade industrial no estado e, ainda, empresas que se propusessem a entrar em novas linhas de produção ou fabricar novos produtos, desde que isso não resultasse na diminuição da capacidade produtiva das linhas já existentes. Para maiores detalhes sobre o papel dos incentivos fiscais na economia mineira, ver DUARTE FILHO (1979), HADDAD (1980) e DINIZ (1981).

TABELA 7
 Projetos aprovados pelo CDI/MIC
 (Investimentos fixos)
 Brasil e Minas Gerais
 1971-1979
 (em Cr\$ milhões de 1974)

ANOS	BRASIL (1)	MINAS GERAIS (2)	(2) / (1) (em %)
1971	6593	1115	16,9
1972	17944	3371	18,8
1973	25457	7075	27,8
1974	29169	5851	22,2
1975	12892	1236	9,6
1976	50260	19860	39,5
1977	15186	552	3,6
1978	10004	2134	21,3
1979	8116	2662	32,8
TOTAL	175621	43856	25,0

Fonte: DINIZ, 1981, p. 231.

Cabe ainda destacar a experiência com incentivos fiscais de ICM que foi adotada no estado na primeira metade da década de 1970, com resultados altamente favoráveis para a economia de Minas Gerais. Em 1969, foi aprovada a Lei 5.261/69, que vinculava 25,6% do valor do ICM destinado ao Tesouro do Estado como compensação dos investimentos realizados pela empresa na execução de projetos beneficiados pela política de incentivos.⁷ A TAB. 1.8 mostra que no período de 1970 a 1974 foram aprovados 295 novos projetos para Minas Gerais, dentre os quais se encontravam muitos de expansão de empresas que já estavam instaladas no estado.

TABELA 8
Investimentos, número de projetos e empregos das empresas
beneficiadas pelos incentivos fiscais da Lei 5.261/69
Minas Gerais
1970-1974

DISCRIMINAÇÃO	INVESTIMENTOS	PROJETOS	EMPREGOS
Bens de consumo não duráveis	3494301	99	20571
Têxtil	953946	26	4308
Produtos alimentares	1045809	36	5008
Bebidas	378485	4	1020
Fumo	506250	1	1101
Mobiliário	112209	12	1199
Couro, peles e artigos para viagem	111409	5	483
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	386193	15	7452
Bens de consumo intermediário	31313346	139	23724
Metalurgia	27748983	58	15058
Minerais não-metálicos	2480999	38	4607
Papel e papelão	259653	10	1295
Química	670259	17	1495
Borracha	30216	5	248
Produtos de matéria plástica	122057	10	1020
Produtos veterinários e farmacêuticos	1179	1	1
Bens de consumo duráveis e de capital	5837608	51	27606
Material elétrico e de comunicação	1014904	13	6035
Material de transporte	3068706	11	13453
Mecânica	1753998	27	8118
Diversos	129708	6	896
TOTAL	40774963	295	72797

Fonte: DINIZ, 1981, p. 196.

Observações: (1) Investimentos em CR\$ 1000,00 de 1974.

(2) A terceira coluna se refere ao número de projetos.

(3) A quarta coluna se refere ao número de empregos.

No período 1975-1977, estes projetos iniciaram sua operação no estado, gerando 72.797 novos empregos, num total de investimentos de cerca de Cr\$ 40,8 bilhões a preços de 1974. Deve-se observar que, quando ativados, esses projetos produziram uma defasagem de pelo menos três anos entre a desaceleração da economia de Minas e do Brasil. Como salienta Haddad (1980, p. 105),

quando a economia brasileira, a partir do segundo semestre de 1974, deu os primeiros sinais de desaceleração, a economia de

Minas ainda colhia os frutos das decisões que foram tomadas nos anos anteriores, em função de uma perspectiva de prosperidade que se julgava duradoura.

Através da TAB. 9, pode-se melhor visualizar a distribuição setorial dos investimentos que receberam incentivos fiscais na primeira metade da década de 1970. Constata-se que estes se orientaram principalmente para a indústria metalúrgica, reforçando as vantagens comparativas de Minas Gerais, particularmente em projetos de expansão, mas também com a instalação de novas unidades. Em menor escala, dirigiram-se também para os setores de bens de capital e de duráveis de consumo, principalmente em projetos de implantação, já que se constituíram, em sua maioria, em atividades novas na estrutura industrial do estado, como é o caso da indústria automobilística. Observa-se ainda que o setor de bens não duráveis de consumo também recebeu recursos para investimento, porém, à exceção dos gêneros alimentar e têxtil, não conseguiu ser suficientemente atraente para o investidor em termos do volume de investimentos realizados.

TABELA 9
Distribuição percentual dos investimentos industriais (1)
Minas Gerais
1970/1977

DISCRIMINAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	EXPANSÃO	TOTAL
Bens de consumo não duráveis	8,1	5,7	7,1
Têxtil	2,8	1,0	2,1
Produtos alimentares	1,8	3,8	2,5
Bebidas	0,9	0,1	0,6
Fumo	1,2	-	0,7
Mobiliário	0,2	0,1	0,2
Couro, peles e artigos para viagem	0,2	0,2	0,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,9	0,4	0,7
Editorial e gráfica	0,1	0,1	0,1
Bens de consumo intermediário	79,4	90,2	83,5
Metalurgia	65,1	85,1	72,7
Minerais não-metálicos	4,2	3,8	4,1
Papel e papelão	0,2	0,8	0,4
Química	9,8	0,4	6,2
Borracha	0,1	0,1	0,1
Bens de Consumo duráveis e de capital	12,4	4,1	9,3
Material elétrico e de comunicação	2,7	0,6	1,9
Material de transporte	7,1	0,2	4,5

DISCRIMINAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	EXPANSÃO	TOTAL
Mecânica	2,6	3,3	2,9
Diversos	0,1	0,0	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANDRADE, T., 1980, p. 465.

(1) Investimentos que receberam incentivos fiscais do Estado.

Como salientado anteriormente, o surto de expansão industrial verificado no estado nos anos de 1970 provocou significativas alterações na estrutura produtiva. Como mostra a TAB. 10, destacam-se no período de 1970-1980:

- O aumento substancial da participação no valor agregado bruto da indústria de transformação de Minas Gerais da categoria de bens de capital e de bens de consumo durável, especialmente nos gêneros de indústria mecânica, material de transporte e material elétrico e de comunicação;
- a redução da participação da categoria de bens intermediários, fenômeno que ocorre em praticamente todos os gêneros componentes, especialmente metalurgia, minerais não-metálicos e química;
- a relativa estabilidade da participação dos bens de consumo não duráveis.

Cabe assinalar a elevada concentração setorial da indústria de transformação mineira, onde sete gêneros (produtos alimentares, metalurgia, química, minerais não-metálicos, mecânica, têxtil e material de transporte) detinham cerca de 80% do valor agregado bruto a custo de fatores em 1980. A perda de representatividade do segmento de bens intermediários na geração do produto industrial de 60,8% em 1970 para 47,6% em 1980 explica-se pela redução da participação dos três gêneros mais importantes que o compõem.

O metalúrgico, que respondia em 1970 por 29,1% da produção industrial do estado, teve sua participação reduzida para 23,9% em 1980. Apesar de ter apresentado um crescimento modesto no período 1970-1975, o seu desempenho na década de 1970 mostrou-se favorável, com taxa geométrica de crescimento anual média de 11,6% (TAB. 11).

TABELA 10
Estrutura do valor agregado bruto a custo de fatores a preços constantes de 1980
na indústria de transformação por categoria de uso e gênero
Minas Gerais
1970-1980

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Bens de consumo não duráveis	28,6	27,8	28,2	31,9	34,5	34,1	33,5	30,1	30,4	27,1	28,7
Têxtil	6,2	7,0	7,1	9,8	12,1	10,9	8,9	7,4	8,3	7,3	7,4
Produtos alimentares	14,9	12,9	13,1	14,5	14,6	15,5	15,9	14,3	13,1	11,3	11,4
Bebidas	0,6	0,8	0,9	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,1
Fumo	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,0	0,9	0,9	1,4	1,5	1,8
Madeira	1,9	1,6	1,3	1,1	1,4	1,5	1,2	1,1	1,1	0,7	0,8
Mobiliário	1,3	1,6	1,8	1,6	1,6	1,6	1,6	1,4	1,3	1,2	1,2
Couro, peles e artigos para viagem	0,6	0,7	0,6	0,4	0,4	0,6	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,5	0,6	0,6	0,7	0,9	1,3	1,5	1,9	2,0	2,3	3,1
Editorial e gráfica	1,5	1,5	1,6	1,5	1,2	0,6	1,9	1,5	1,7	1,5	1,5
Bens de consumo intermediário	60,8	61,5	61,0	56,8	53,0	49,4	51,4	53,5	50,1	52,9	47,6
Metalurgia	29,1	28	27,1	24,4	22,9	21,7	23,7	28,3	23,9	26,9	23,9
Minerais não-metálicos	13,7	12,8	13,6	13,5	14,9	16,4	15,3	13,7	12,7	11,3	11,9
Papel e papelão	0,8	0,9	0,9	1,0	1,3	1,0	1,1	0,7	1,2	2,1	2,6
Química	17,0	19,5	19,1	17,6	13,4	9,9	10,8	10,4	11,9	12,1	8,8
Borracha	0,2	0,3	0,3	0,3	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4
Bens de consumo duráveis e de capital	5,0	5,4	5,6	6,9	8,4	10,8	10,3	11,9	14,9	15,8	19,8
Material elétrico e de comunicação	0,8	0,7	0,9	1,0	1,5	2,2	1,5	2,3	2,3	2,5	2,9
Material de transporte	0,8	0,9	0,9	0,9	1,4	1,7	1,6	2,7	4,1	4,7	7,3
Mecânica	3,4	3,8	3,8	5,0	5,5	6,9	7,2	6,9	8,5	8,6	9,6
Diversos	5,6	5,3	5,2	4,4	4,1	5,7	4,8	4,5	4,6	4,2	3,9
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEI/ SEPLAN-MG.

TABELA 11
 Taxas de crescimento do valor agregado bruto a custo de fatores a preços constantes de 1980 na indústria de transformação por categoria de uso e gênero - média anual Minas Gerais 1970-1980 (em %)

DISCRIMINAÇÃO	1970-75	1975-80	1970-80
Bens de Consumo não duráveis	15,8	9,6	12,7
Têxtil	22,8	1,6	11,7
Produtos alimentares	11,1	6,5	8,8
Bebidas	23,3	13,9	18,5
Fumo	6,9	28,8	17,3
Madeira	6,2	5,3	5,7
Mobiliário	14,6	8,6	11,6
Couro, peles e artigos para viagem	7,3	2,6	4,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	34,4	31,6	33,0
Editorial e gráfica	9,9	13,5	11,7
Bens de consumo intermediário	6,3	16,8	11,4
Metalurgia	3,9	19,9	11,6
Minerais não-metálicos	13,6	7,3	10,4
Papel e papelão	13,9	29,4	21,4
Química	-1,2	18,2	8,1
Borracha	28,1	16,0	21,9
Bens de consumo duráveis e de capital	28,2	15,7	21,8
Material elétrico e de comunicação	36,5	-14,8	7,8
Material de transporte	27,5	27,5	27,5
Mecânica	26,3	17,4	21,8
Diversos	49,4	17,9	32,7
TOTAL	14,1	13,9	14,0

Fonte: Superintendência de Estatística e Informações da SEPLAN-MG.

O gênero minerais não-metálicos – com destaque para a fabricação de cimento – também perdeu participação relativa, passando de 13,7% em 1970 para 11,9% em 1980. Na segunda metade da década, sua taxa de crescimento reduziu-se quase à metade (TAB. 11), influenciada principalmente pela queda significativa de crescimento do setor de construção no período (TAB. 5), grande consumidor de seus produtos.

O gênero químico também teve sua participação relativa reduzida de 17% em 1970 para 8,8% em 1980, apresentando desempenho negativo na primeira metade da década e um crescimento anual médio de 8,1% na década como um todo.

8. O gênero material de transporte respondia, em 1970, por apenas 0,8% do valor agregado bruto da indústria de transformação em Minas Gerais, tendo esta participação se elevado para 7,3% em 1980. Da mesma forma, o gênero mecânica, que respondia por 3,4% do valor agregado bruto em 1970, teve sua participação alterada para 9,6% em 1980.

O segmento de bens não duráveis de consumo manteve praticamente inalterada sua participação no valor agregado bruto da indústria mineira, em torno de 29%. Embora sua taxa de crescimento tenha se reduzido significativamente na segunda metade da década (o que pode ser atribuído principalmente à queda de crescimento verificada nos gêneros têxtil, produtos alimentares, bebidas, mobiliário e couro e peles), seu desempenho na década como um todo foi superior ao de bens intermediários (12,7%).

Nos anos de 1970, assiste-se à consolidação da posição de maior destaque na indústria de transformação dos gêneros produtores de bens duráveis de consumo e de capital, cuja participação no valor agregado bruto passou de 5,0% em 1970 para 19,8% em 1980 (TAB. 10). Este segmento apresentou, na década de 1970, um crescimento médio anual de 21,8%, impulsionado pelo desempenho dos gêneros material de transporte (27,5%) e mecânica (21,8%) (ver TAB. 11).⁸

Cabe ressaltar, entretanto, que a despeito da diversificação verificada na estrutura industrial de Minas Gerais, com a incorporação de gêneros portadores de significativos avanços tecnológicos, o estado continuava, em 1980, essencialmente produtor de bens intermediários, em especial na metalurgia e nos minerais não-metálicos.

Além disso, como observa Rocha (1988), apesar do processo de diversificação industrial verificado no período 1970-1980, persiste uma elevada especialização da indústria em um número bastante reduzido de produtos, conforme mostra a TAB. 12. Nela observa-se que apenas 24 itens industriais detinham, em 1980, uma participação de 47,5% do valor da produção industrial, com destaque para derivados de petróleo (7,5%) e fabricação e montagem de veículos (5%). Verifica-se, ademais, que a siderurgia tem peso preponderante na estrutura industrial mineira, visto que somente nove grupos de produtos deste gênero de indústria participavam com 16,4% do total do valor da produção.

É também digna de nota a grande concentração da produção industrial em poucas empresas. Segundo informações da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais acerca da participação das empresas no recolhimento do ICM industrial em 1980, as 10 maiores contribuintes participavam com 30% do total da arrecadação, as 23 maiores com 40% e as 173 maiores, com 72%.

Outro ponto a ser considerado é o aumento do grau de elaboração da produção industrial do estado. A diversificação no segmento de bens de capital e bens de consumo duráveis e as modificações na estrutura da produção de bens intermediários, com o aumento do grau de processamento dos mesmos, tornaram possível o início de mudanças na forma de inserção de Minas na economia nacional e internacional. Como se afirmou anteriormente, até o começo dos anos de 1970, Minas integrava-se no processo basicamente como supridora de matérias-primas pouco elaboradas ao eixo industrial Rio-São Paulo e ao comércio internacional. A partir de então, com o aumento de integração intra e intersetorial, observa-se uma elevação no grau de abertura externa, com ênfase nas exportações de produtos industrializados, cuja participação no total da pauta do estado elevou-se de 18,7% em 1973 para 40,6% em 1980.⁹

Finalmente, cabe destacar que uma das características do padrão de industrialização de Minas Gerais a partir de 1970 é a concentração de seu espaço geográfico. No período 1970-1980, em que o PIB estadual teve um crescimento médio anual de 11,6% (TAB. 13), somente duas regiões tiveram crescimento médio anual superior ao estadual: a Metalúrgica e Campo das Vertentes, com 13,2% e a do Triângulo e Alto Paranaíba, com 14,4%.

TABELA 12
Principais produtos da indústria de transformação segundo
o valor da produção por gênero de indústria
Minas Gerais/1980
(em milhões de Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	(%)
Minerais não-metálicos		
Cimento comum	16836,6	2,1
Clinker	7283,5	0,9
Metalúrgica		
Barras de aço comum	11476,7	1,4
Arame de aço comum	15199,8	1,9
Chapas grossas de aço comum	9294,1	1,2
Ferro gusa	30304,0	3,8
Ferro-ligas em forma primária	11356,7	1,4
Fio-máquina	7170,3	0,9
Lingotes de aço comum	26539,1	3,3
Tubos e canos de aço sem costura	7636,2	0,9
Placas de aço comum	13292,5	1,6
Mecânica		
Fabricação e montagem de tratores, máquinas e aparelhos de terraplenagem	8383,2	1,0

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	(%)
Material de transporte		
Fabricação e montagem de veículos automotores, inclusive peças e acessórios	40245,4	5,0
Papel e papelão		
Fabricação de celulose, pasta mecânica e polpa de madeira	6961,5	0,9
Química		
Derivados de petróleo	60556,4	7,5
Têxtil		
Fio cru de algodão	8697,9	1,1
Tecidos acabados ou beneficiados de algodão	19326,0	2,4
Produtos alimentares		
Carne bovina	20124,0	2,5
Leite em pó evaporado	8347,7	1,0
Leite pasteurizado	13066,8	1,6
Leite resfriado ou pré-aquecido	10766,7	1,3
Queijos	11824,9	1,5
Fabricação e refino de açúcar	9991,2	1,2
Fumo		
Cigarros	8007,8	1,0
Subtotal	382689,0	47,5
TOTAL	806429,6	100,0

Fonte: ROCHA, 1988, p. 160.

Como mostra a TAB. 13, embora as taxas de crescimento médias no decênio sejam altas em termos absolutos em todas as regiões do estado, observa-se forte concentração na região I (Metalúrgica e Campo das Vertentes), cuja participação no PIB estadual passou de 45,3% em 1970 para 52,5% em 1980. Considerando-se apenas quatro regiões – a Metalúrgica, as duas sob a influência polarizadora de São Paulo (Sul e Triângulo) e a sob influência do Rio de Janeiro (Mata), estas geravam, em conjunto, 85% do PIB de Minas Gerais e concentravam 68,6% da população do estado em 1980. Considerando-se ainda o número de empregos no setor secundário por região, tem-se ainda que nessas quatro regiões concentravam-se quase 80% da população empregada na indústria: a região Metalúrgica com 45%, o Sul de Minas com 14%, a Mata com 10% e o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com 10%. Apenas a região Metalúrgica concentrava, em 1980, 61,5% do produto industrial do estado, tendo participado com cerca de 80% dos investimentos industriais realizados na década de 1970.

TABELA 13
 Valor do Produto Interno Bruto a preços constantes de mercado de 1970
 por macrorregiões e taxas de crescimento
 Minas Gerais
 1970-1980 (em %)

MACRORREGIÕES	1970		1980		Taxa de Crescimento Anual (%)
	PIB (*)	%	PIB (*)	%	
I (Metalúrgica e Campo das Vertentes)	7523,2	45,3	25826,6	52,5	13,2
II (Mata)	1806,1	10,9	3973,0	8,1	8,4
III (Sul)	2831,2	17,0	6400,0	13,0	8,6
IV (Triângulo e Alto Paranaíba)	1526,1	9,2	5836,4	11,9	14,4
V (Alto São Francisco)	693,2	4,2	1600,3	3,2	8,9
VI (Noroeste)	779,8	4,7	2170,8	4,4	11,0
VII (Jequitinhonha)	328,9	2	816,7	1,7	9,9
VIII (Rio Doce)	1105,7	6,7	2540,8	5,2	8,9
TOTAL	16594,2	100,0	49164,6	100,0	11,6

Fonte: SEI-SEPLAN.

(*) valores em milhões de cruzeiros

Essa concentração torna-se ainda maior quando se considera que, dentro da região Metalúrgica, os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte respondiam, em 1980, por 38,4% do valor de transformação industrial do estado. Segundo o BDMG (1989, p. 36), somando-se à Região Metropolitana 11 municípios vizinhos e outros 11 próximos a ela, este percentual eleva-se para 51,5%. As 16 cidades de porte médio do estado participam com 26,8% do valor de transformação industrial em 1980. Desse modo, apenas 52 dos 722 municípios do estado detinham, em 1980, 78,3% do valor de transformação industrial do estado.

Dado este quadro, não se acredita que, a médio prazo, se possa reverter o padrão de concentração espacial da indústria em Minas Gerais. A tendência dos novos investimentos é se implantarem preferencialmente na fronteira interna das regiões que já dispõem de infra-estrutura e de adequada acessibilidade aos mercados consumidores, de modo a se beneficiarem das economias de aglomeração ali existentes.

10. Sobre a experiência de planejamento deste período, ver, especialmente, HADDAD (1980).

11. Ver, a este respeito, CINTRA; ANDRADE (1978).

12. Uma avaliação sobre os planos de desenvolvimento regional integrada pode ser encontrada em HADDAD (1980, cap. III).

4 - NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO EM MINAS GERAIS NOS ANOS DE 1970

Minas Gerais vivenciou, na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980,¹⁰ uma das mais ricas experiências de planejamento dentre as unidades da Federação. Como se sabe, a crescente centralização vertical dos instrumentos de política econômica contribuiu, ao longo do tempo, para a substancial perda de autonomia dos estados e municípios em manipular instrumentos que lhes permitissem atingir certos objetivos de desenvolvimento.¹¹ A concentração de recursos no âmbito federal, aliada à falta de diretrizes federais específicas para os estados e a inadequação de bases geográficas e econômicas para o exercício do planejamento, constituíram fortes restrições político-institucionais à eficácia do planejamento estadual. Em virtude dessas restrições, passou a ocorrer uma mudança significativa na forma de se considerar o planejamento estadual em favor de um processo heterodoxo, apoiado no aproveitamento máximo da capacidade latente de negociação dos estados.

Face ao seu reduzido grau de participação na formulação de políticas de desenvolvimento, caberia um planejamento do tipo adaptativo, através do qual se elaborariam programas e projetos para negociar e captar recursos junto às agências centrais de planejamento. A partir da geração de informações sobre fundos, programas especiais, recursos orçamentários e previsões de investimento de órgãos do governo federal, de empresas privadas nacionais e multinacionais, organismos internacionais etc., consolidou-se o estilo do planejamento para negociação, que conduziu à necessidade de formulação de novos instrumentos para a disputa dos recursos disponíveis e o aproveitamento máximo das oportunidades intervenientes.

Neste contexto, passou-se a elaborar planos de desenvolvimento regional integrado,¹² englobando um conjunto de ações coordenadas de natureza multissetorial, orientadas para a solução dos principais problemas de determinadas regiões do estado, bem como para o melhor aproveitamento de seu potencial de desenvolvimento. A introdução da dimensão espacial no planejamento estadual, através da elaboração de planos de desenvolvimento integrado, passou a ser vista como uma forma eficiente de organização das ações do setor público, articulando os problemas estaduais de interesse nacional com os de interesse estadual específico.

A introdução da dimensão espacial no planejamento estadual deu-se com a formulação do II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e

Social (1976-1979), que se seguiu ao I PMDES, já abordado anteriormente. Baseando-se na análise da problemática regional do modelo de desenvolvimento econômico e social e considerando o impacto diferenciado que o desenvolvimento nacional exerce sobre seu espaço socioeconômico, o II PMDES reconhecia o agravamento dos desequilíbrios intra-estaduais, estabelecendo uma estratégia que incorporava tanto objetivos de desenvolvimento regional do estado, de interesse nacional, como de interesse estadual.

Os objetivos de desenvolvimento regional do estado de interesse nacional consistiam basicamente no detalhamento das diretrizes estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (como, por exemplo, descentralização industrial e reforço dos centros de porte médio). Os objetivos de desenvolvimento regional do estado de interesse estadual procuravam conciliar prioridades federais com a necessidade de minimizar os desequilíbrios entre as diversas regiões do estado. Foram elaborados, por inspiração do II PMDES, planos de desenvolvimento integrado para as regiões Sul de Minas, Noroeste, Vale do Rio Doce, Área Mineira da SUDENE e Jequitinhonha como instrumentos para a negociação.

Considerando a complexa estrutura socioeconômica existente, a utilização de planos de desenvolvimento regional permitiria o equacionamento simultâneo de problemas e potenciais específicos de diferentes áreas do estado. Ao mesmo tempo em que se procurava atender àquelas áreas deprimidas (Vale do Jequitinhonha e Área Mineira da SUDENE), propunham-se ações específicas para regiões com grande potencial agropecuário e mineral (Noroeste) e outras escolhidas como alternativas para a descentralização industrial do eixo Rio-São Paulo (Sul de Minas).

Deve-se ressaltar que a elaboração de planos de desenvolvimento regional integrado representou, por si só, um avanço no processo de planejamento do estado. A multiplicidade de componentes contidos nesses planos e, conseqüentemente, o grande número de instituições públicas envolvidas na sua implementação possibilitaram a aproximação de órgãos públicos com enfoques distintos em torno de um objetivo comum, abrindo espaço para a cooperação interinstitucional e para a consolidação de um estilo de planejamento comum a todos eles, além de contribuírem para a viabilidade política do papel de coordenação geral exercido pela Secretaria de Estado do Planejamento.

13. Para uma avaliação da experiência de planejamento participativo no estado de Minas Gerais, ver PRATES et al. (1982).

A experiência demonstrou, entretanto, que através destes planos não se conseguiu viabilizar a solução de certos problemas estaduais de interesse específico, que não encontraram respaldo em programas ou fundos especiais na área federal, por não terem uma escala econômica ou um impacto político capazes de mobilizar recursos do poder central. Assistiu-se, na prática, à ampliação da esfera de negociação, que passou a contar com agências internacionais de desenvolvimento (BIRD e BID).

A partir da negociação com tais agências, tornou-se possível a utilização de recursos de três fontes (externas, estaduais e federais) na tentativa de viabilizar a solução de importantes problemas estaduais que se agravaram durante o crescimento acelerado da economia mineira na década de 1970 – aumento dos fluxos migratórios, elevada concentração espacial e pessoal da renda, acesso a oportunidades ocupacionais e acesso a serviços básicos – com ênfase no desenvolvimento social.

No final dos anos de 1970, o modelo do “milagre” econômico foi posto em questão pelas perversões que tinha acarretado: o aumento das desigualdades de renda, o alargamento das disparidades socioeconômicas entre as regiões e o sacrifício social em favor de uma política de crescimento a qualquer custo.

Neste contexto, é formulado o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (1979-1983), que inaugura uma nova fase do planejamento estadual, colocando em primeiro nível de prioridade a questão do desenvolvimento social e possibilitando a participação dos diferentes grupos organizados da sociedade civil na implementação de projetos de seu interesse.¹³

Aliás, a abertura de canais de participação dos diferentes grupos organizados da sociedade civil, para que se mobilizassem na solução de seus próprios problemas, constituiu, sem dúvida, um avanço fundamental no processo de planejamento estadual.

Todavia, com a crise fiscal e financeira do Estado ao longo dos anos de 1980, a experiência de planejamento participativo sofre solução de continuidade. Assim como ocorreu em nível nacional, o planejamento de médio e longo prazo cedeu lugar a um conjunto de ações de curto prazo, sem qualquer visão prospectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. A. G. *Technocracy and development: the case of Minas Gerais*. Tese (Doutorado) – University of Michigan, 1980.

ANDRADE, T. A. Industrialização e incentivo fiscal: Minas Gerais no período 1970/77. *Fundação JP: análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v. 10, n. 11/12, nov./dez. 1980.

BRANT, P. E. R. O setor industrial em Minas Gerais: características, desempenho recente e perspectivas. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2., 1983, *Diamantina*. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 1983.

CHAVES, M.; DEMATTOS, M. Perspectivas para a economia mineira. In: GOMES, E.E.C. *et al. Minas não há mais* (seis ensaios sobre a contemporaneidade mineira). Belo Horizonte: Arte Escuta Editora, 1990. p. 35-41.

CINTRA, A. O.; ANDRADE, L. A. G. Planejamento: reflexões sobre uma experiência estadual. In: CINTRA, A. O.; HADDAD, P. R. (Org.). *Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COMPORTAMENTO da economia mineira - período 1960-77. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1978. (Documentos 1, 8)

CONTAS Nacionais do Brasil. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, mar. 1962.

DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DINIZ, C. C. Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho no Brasil: alterações recentes e perspectivas. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 4., 1988, *Diamantina*. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 1988.

DINIZ, C. C. Minas Gerais: perspectivas econômicas e desafios sociais. *Boletim Conjuntura Econômica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 1, s. n., p. 21-22, 1996.

DUARTE FILHO, F.C. *Incentivos fiscais na industrialização de Minas Gerais: lei 5.261/69*. Dissertação (Mestrado) – CEDEPLAR/FACE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

DUARTE FILHO, F. C.; CHAVES, M.; SILVA, R. R. A industrialização mineira e os incentivos fiscais: avaliação da lei 5.261/69. *Fundação JP: análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, dez. 1979.

ECONOMIA mineira 1989: diagnóstico e perspectivas. Belo Horizonte: BDMG, 1989. 5 v.

FERNANDES, C.L.L.F. *A inserção de Minas na economia nacional: uma análise de insumo-produto inter-regional*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

HADDAD, E. A. A estrutura econômica de Minas Gerais : uma análise de insumo-produto. *Nova Economia*, VII Prêmio Minas de Economia, Belo Horizonte, p. 11-58, 1995.

HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. cap. 6, 7 e 8. (Estudos Econômicos e Sociais, 36)

HADDAD, P. R. *Participação, justiça social e planejamento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HENRIQUES, M. O. G. Transformação estrutural e tendências tecnológicas da indústria de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A INDÚSTRIA MINEIRA NA DÉCADA DE 90: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVA. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia - 10ª Região, Sindicato dos Economistas de Minas Gerais e Sociedade de Economistas de Minas Gerais, 1990.

LIMA, J.H. Uma breve nota sobre o desempenho das exportações de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2., 1983, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 1983. p. 269-286.

LOCATELLI, R. L. *Industrialização, crescimento e emprego: uma avaliação da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985. 243 p. (IPEA/INPES. Série PNPE, 12)

MINAS GERAIS. *Indicadores socioeconômicos 1950-80*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/Superintendência de Estatística e Informações, 1983.

PADRÕES recentes da industrialização em Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1986.

PRATES, A. A. P. et al. The emergency of participative planning strategy in the state of de Minas *Gerais: a politico-institutional appraisal*. [s.l]: International Geography Union; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1982. Trabalho apresentado no Seminar on Regional Development Alternatives in the Third World.

ROCHA, R. V. M. Considerações sobre o comportamento recente da indústria de transformação em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 4., 1988, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 1988.